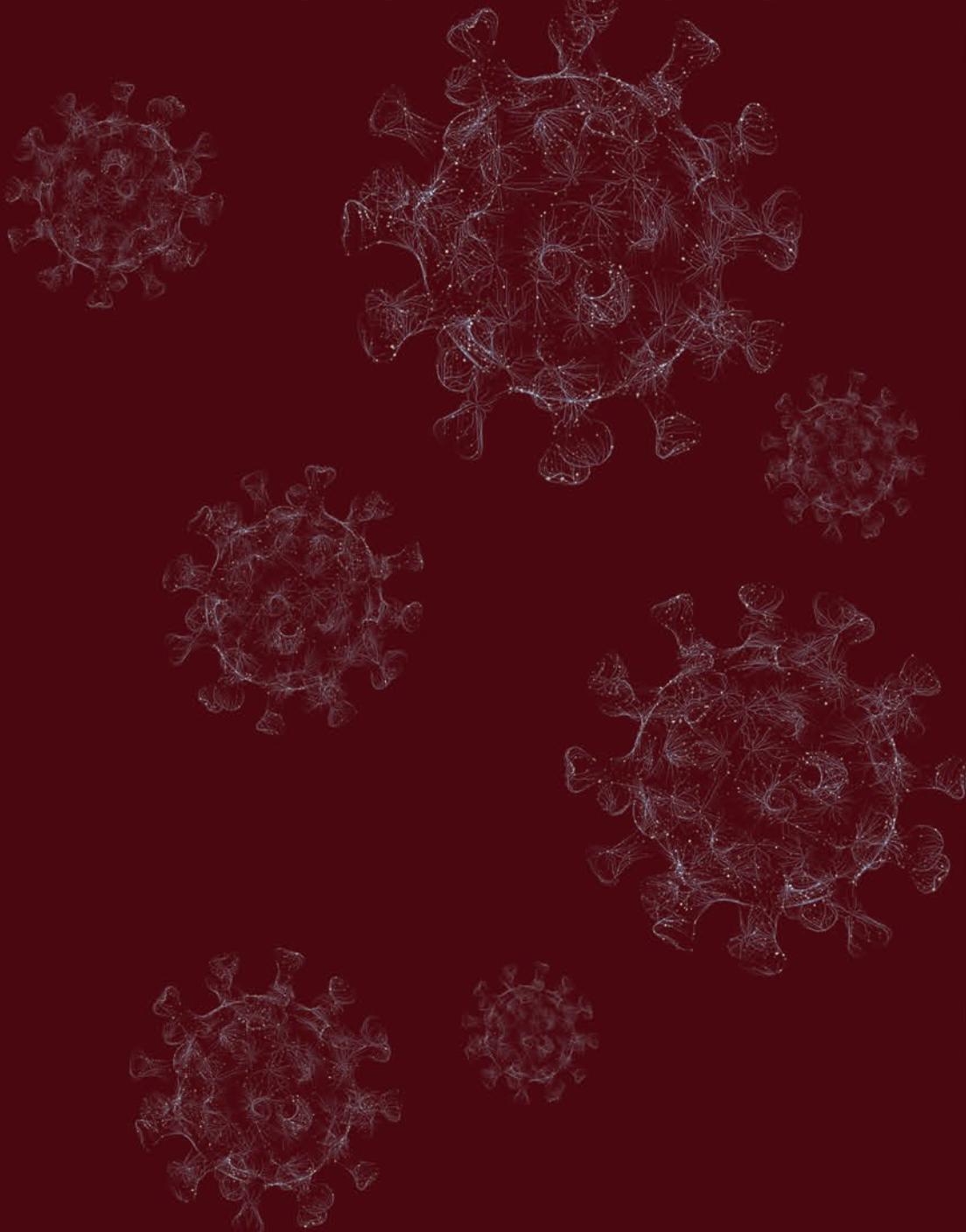


VOLUME 6

REFLEXÕES E FUTURO



REFLEXÕES E FUTURO

VOLUME 6

REFLEXÕES E FUTURO

© 2021 – 1ª Edição

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE – CONASS

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citadas a fonte e a autoria.

As opiniões emitidas na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do autor, sem representar posicionamentos oficiais da Organização Pan-Americana da Saúde e do Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

A Coleção Covid-19 é distribuída gratuitamente. Proibida a comercialização.

Também disponível na Biblioteca Digital do Conass em www.conass.org.br/biblioteca.

Coleção Covid-19

Brasília, janeiro de 2021.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R332 Reflexões e futuro / Organizadores Alethele de Oliveira Santos,
Luciana Tolêdo Lopes. – Brasília, DF: Conselho Nacional de
Secretários de Saúde, 2021.
326 p. – (Coleção Covid-19; v. 6)

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-88631-08-9

1. Covid-19 – Brasil. 2. Pandemia. 3. Saúde pública – Brasil.
I. Santos, Alethele de Oliveira. II. Lopes, Luciana Tolêdo.

CDD 616.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

VOLUME 6

REFLEXÕES E FUTURO

SECRETÁRIOS DE ESTADO DA SAÚDE 2021

AC	Alysson Bestene	PB	Geraldo Antônio de Macedo
AL	Alexandre Ayres	PE	André Longo
AM	Marcellus Campelo	PI	Florentino Alves Veras Neto
AP	Juan Mendes da Silva	PR	Beto Preto
BA	Fábio Vilas Boas	RJ	Carlos Alberto Chaves de Carvalho
CE	Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho	RN	Cipriano Maia
DF	Osney Okumoto	RO	Fernando Rodrigues Máximo
ES	Nésio Fernandes de Medeiros Junior	RR	Marcelo Lima Lopes
GO	Ismael Alexandrino Júnior	RS	Arita Gilda Hübner Bergmann
MA	Carlos Eduardo de Oliveira Lula	SC	André Motta Ribeiro
MG	Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva	SE	Mércia Feitosa
MS	Geraldo Resende	SP	Jean Gorinchteyn
MT	Gilberto Figueiredo	TO	Luiz Edgar Leão Tolini
PA	Rômulo Rodovalho	PB	Geraldo Antônio de Macedo

DIRETORIA DO CONASS 2020/2021

PRESIDENTE

Carlos Eduardo de Oliveira Lula (MA)

VICE-PRESIDENTES

REGIÃO CENTRO-OESTE

Gilberto Figueiredo (MT)

REGIÃO NORDESTE

André Longo (PE)

REGIÃO NORTE

Fernando Rodrigues Máximo (RO)

REGIÃO SUDESTE

Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva (MG)

REGIÃO SUL

Beto Preto (PR)

EQUIPE TÉCNICA DO CONASS

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Jurandi Frutuoso

COORDENAÇÃO TÉCNICA E APOIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fernando Passos Cupertino de Barros

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E DE FINANÇAS

Antônio Carlos Rosa de Oliveira Junior

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Ricardo F. Scotti

ASSESSORIA JURÍDICA

Alethele de Oliveira Santos

ASSESSORIA PARLAMENTAR

Leonardo Moura Vilela

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Adriane Cruz
Lígia Formenti
Marcus Carvalho
Tatiana Rosa

ASSESSORIA TÉCNICA

Carla Ulhoa André
Eliana Maria Ribeiro Dourado
Felipe Ferré
Fernando Campos Avendanho
Haroldo Jorge de Carvalho Pontes
Heber Dobis Bernarde
Juliane Aparecida Alves
Luciana Tolêdo Lopes
Maria José Evangelista
Nereu Henrique Mansano
René José Moreira dos Santos
Rita de Cássia Bertão Cataneli
Tereza Cristina Lins Amaral

CONSELHO EDITORIAL

Alethele de Oliveira Santos
Adriane Cruz
Fernando P. Cupertino de Barros
Jurandi Frutuoso Silva
Marcus Carvalho
René José Moreira dos Santos
Tatiana Rosa

ORGANIZAÇÃO DA COLEÇÃO COVID-19

ORGANIZAÇÃO

Alethele de Oliveira Santos
Luciana Tolêdo Lopes

REVISÃO TÉCNICA

Alethele de Oliveira Santos
Antônio Carlos Rosa de Oliveira Junior
Carla Ulhoa André
Eliana Maria Ribeiro Dourado
Felipe Ferré
Fernando Campos Avendanho
Fernando Passos Cupertino de Barros
Haroldo Jorge de Carvalho Pontes
Héber Dobis Bernarde
Juliane Aparecida Alves
Jurandi Frutuoso Silva
Leonardo Moura Vilela
Lígia Formenti
Luciana Tolêdo Lopes
Marcus Carvalho
Maria Cecília Martins Brito
Maria José Evangelista
Nereu Henrique Mansano
René José Moreira dos Santos
Rita de Cássia Bertão Cataneli
Tereza Cristina Lins Amaral

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Ana Lucia Brochier Kist
Aurora Verso e Prosa

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

ALM Apoio à Cultura
Marcus Carvalho

COLABORADORES VOLUME 6 – REFELEXÕES E FUTURO

Alethele de Oliveira Santos
Ana Raphaella Matos de Faria Resende
Carla Magda Allan Santos Domingues
Carlos Machado de Freitas
Cláudia Colucci
Denis A. Roy
Felipe Ferré
Fernanda Raquel Martins Abreu
Fernando Aith
Fernando Passos Cupertino de Barros
Francisco Ramos
Gabriel Pessoa Gouveia Borges
Gabriel Widamarks Cintra de Oliveira
Guilherme Bueno Tiago
Gustavo Santana de Mendonça
Inês Fronteira
Jairnilson Silva Paim
Jamila Odeh-Moreira
Jurandi Frutuoso Silva
Lilian Rose Lemos Rocha
Lucas Bevilacqua
Luciano Pamplona de Góes Cavalcanti
Marly Marques da Cruz
Muna Muhammad Odeh
Nara Ayres Britto
Paulo Ferrinho
Paulo Saldiva
Polliane Xavier Ferreira
Rémy Trudel
Rita de Cássia Bertão Cataneli
Rivaldo Venâncio Cunha
Ximena Pamela Díaz Bermudez

SUMÁRIO

VOLUME 6 – REFLEXÕES E FUTURO

<p>AFIRMAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO À SAÚDE E OS DESAFIOS PARA SUA EFETIVAÇÃO NOS ESTADOS DO SÉCULO XXI Fernando Aith</p>	<p>12</p>
<p>COVID-19 E AS CIDADES Paulo Saldiva</p>	<p>28</p>
<p>SALA DE EMERGÊNCIA PLANETÁRIA: A ENCRUZILHADA CIVILIZATÓRIA E AS AFLIÇÕES DO SÉCULO XXI Lilian Rose Lemos Rocha</p>	<p>36</p>
<p>TRANSMISSÃO DE ARBOVIROSES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: CENÁRIO ATUAL E PERSPECTIVAS PARA ESSA SINDEMIA Luciano Pamplona de Góes Cavalcanti</p>	<p>54</p>
<p>O MUNDO PÓS-COVID: AS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE COLETIVA Fernando Passos Cupertino de Barros, Anna Raphaella Matos de Faria Rezende, Fernanda Raquel Martins Abreu, Gabriel Pessoa Gouveia Borges, Gabriel Widamarks Cintra de Oliveira, Guilherme Bueno Tiago, Gustavo Santana de Mendonça</p>	<p>66</p>
<p>A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: CONSEQUÊNCIAS DE UM NOVO FUTURO PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA Muna Muhammad Odeh, Jamila Odeh-Moreira</p>	<p>84</p>
<p>O MUNDO QUE QUEREMOS: A PANDEMIA DE COVID-19 E REFLEXÕES SOBRE O FUTURO Polliane Xavier Ferreira, Nara Ayres Britto, Alethele de Oliveira Santos</p>	<p>102</p>
<p>INFOESTRUTURA PARA APOIO À DECISÃO ESTRATÉGICA NO SUS Felipe Ferré</p>	<p>114</p>
<p>AVALIAÇÃO COMO DISPOSITIVO POTENTE À GESTÃO EM SAÚDE NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19: DESAFIOS E PERSPECTIVAS Marly Marques da Cruz</p>	<p>136</p>
<p>A VIGILÂNCIA EM SAÚDE DIANTE DA COVID-19 – DESAFIOS E LIÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DE EMERGÊNCIAS EM SAÚDE FUTURAS Carlos Machado de Freitas, Rivaldo Venâncio Cunha</p>	<p>152</p>

DESAFIOS PARA O PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES DIANTE DA PANDEMIA COVID-19	170
Carla Magda Allan Santos Domingues	
ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NO UNIVERSO DA COMUNIDADE DOS ESTADOS E TERRITÓRIOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA: APRENDIZADOS PARA OS SISTEMAS DE SAÚDE	188
Paulo Ferrinho, Inês Fronteira	
A PANDEMIA EM PORTUGAL: UMA ALIANÇA ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE – UMA HISTÓRIA DE SUCESSO?	214
Francisco Ramos	
A CEGUEIRA DOS ESTADOS EM FACE DA PANDEMIA: O CASO DO CANADÁ E DE QUEBEC	222
Rémy Trudel	
FINANÇAS PÚBLICAS, MERCADO E POLÍTICA GOVERNAMENTAL DE COMPRAS PÚBLICAS DE MEDICAMENTOS PÓS-COVID-19	236
Lucas Bevilacqua	
COVID-19: RESPOSTAS EM CONSTRUÇÃO	248
Alethele de Oliveira Santos, Jurandi Frutuoso Silva, Rita de Cássia Bertão Cataneli	
CONTEXTOS, NARRATIVAS E PESSOAS, REFLEXÕES SOCIAIS EM MEIO À PANDEMIA DA COVID-19	270
Ximena Pamela Díaz Bermúdez	
A IMAGEM DO SUS DEPOIS DA PANDEMIA	282
Cláudia Collucci	
GARANTIR UMA COBERTURA SANITÁRIA PARA TODOS, BASEADA NO VALOR, EM FACE DA COVID-19	294
Denis A. RoY	
A COVID-19, A ATUALIDADE DA REFORMA SANITÁRIA E AS POSSIBILIDADES DO SUS	310
Jairnilson Silva Paim	

APRESENTAÇÃO

VOLUME 6 – REFLEXÕES E FUTURO

A partir dos desafios para a efetivação do direito à saúde, o **Volume 6 – Reflexões e Futuro** apresenta debates relacionados com as questões ambientais, urbanas, das relações humano-natureza, das arboviroses – que juntos contribuem para a análise da conformação do futuro pós-pandemia. Nessa esteira, seguem análises relativas à saúde pública, à sociedade brasileira, à infraestrutura como apoio às decisões estratégicas e à avaliação, como dispositivo potente para a gestão.

Ainda em sede de desafios, o livro aborda a Vigilância Sanitária como elemento primordial para o enfrentamento das emergências em saúde pública, inserindo-se nesse escopo o Programa Nacional de Imunizações (PNI), do Brasil.

A título de comparação, há narrativas acerca do enfrentamento da pandemia nos países de língua portuguesa, especialmente Portugal, bem como no Canadá e no Quebec, possibilitando aprendizados com as experiências de outros sistemas universais.

As abordagens a respeito das políticas governamentais de compras públicas, da imagem do SUS nos contextos, nas narrativas e para as pessoas são encerradas com reflexões sobre a cobertura sanitária enquanto valor e quanto à reforma sanitária brasileira como necessidade atual.

Ainda que esse levante editorial se encerre, por ora, no volume 6 da Coleção COVID-19, a pandemia continua, e outros tantos elementos poderão ser percebidos, contextualizados e merecerão registro.

O Conass envida agradecimentos aos que estiveram empenhados em registrar seus diferentes campos de observação: gestores, auditores, ministros, médicos, pesquisadores, farmacêuticos, cientistas sociais, juízes, antropólogos, promotores, advogados, cientistas de dados, administradores, professores, comunicadores e todos que contribuíram com a análise e possíveis aperfeiçoamentos da gestão estadual do SUS no enfrentamento das emergências sanitárias.

Boa leitura!

Carlos Lula

Presidente do Conass

A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: CONSEQUÊNCIAS DE UM NOVO FUTURO PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

Muna Muhammad Odeh¹

Jamila Odeh-Moreira²

RESUMO: A pandemia do novo coronavírus, denominado COVID-19, é a maior emergência de saúde pública que a comunidade internacional já enfrentou. De dimensões globais e afetando todos os países do mundo, a forma como cada nação escolheu enfrentar o vírus teve grande impacto nos resultados vivenciados. No Brasil, a crise sanitária foi acrescida de outras grandes crises, na esfera política, econômica e educacional principalmente. As consequências já estão sendo vividas pela população, mas ainda há espaço para evitar que maiores danos sejam concretizados. Este artigo analisa os fatores que levaram o Brasil a se tornar a segunda nação mais afetada pelo vírus e como a população brasileira lidou com os fatos.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia. COVID-19. Brasil. Crise Sanitária. Novo Normal.

1 Bióloga pela American University-Washington DC, EUA e doutora em Educação pela UFSCar, SP. Professora do Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1829695481288524>. modeh@unb.br.

2 Antropóloga e Cientista Social pela Universidade de Brasília e mestranda em Ação Humanitária Internacional pela Uppasala Universitet, Suécia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8340593613763697>. mila.odehmoreira@gmail.com.



I. INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 veio para mudar o mundo como se conhecia. Após surto inicial ser detectado na província de Wuhan, na China⁽¹⁾, em dezembro de 2019, o vírus logo se espalhou e chegou a afetar todos os territórios do planeta. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a situação, anteriormente uma epidemia, como pandemia global⁽²⁾ devido às proporções atingidas. Nessa data, a doença já se encontrava na maioria dos países europeus e estava gerando grandes crises nos sistemas de saúde na Itália e na Espanha.

O mundo se assustava com as proporções que o vírus estava tomando, rapidamente se espalhando por diversos países, regiões e continentes distintos. As Américas, localidades mais distantes da origem do surto (China) e do principal foco na época (Europa), tinham grandes vantagens em relação à mitigação e ao controle da doença, podendo os países americanos servirem de exemplo no combate da disseminação e na aplicação de métodos para frearem a contaminação antes de atingir o nível de descontrole. O Brasil, referência mundial no quesito de acesso à saúde graças ao Sistema Único de Saúde (SUS) e seus programas, foi apontado como uma aposta promissora⁽³⁾. No entanto, isso não se concretizou, e tanto o Brasil como os continentes americanos logo se tornaram o principal foco de disseminação da COVID-19, atingindo níveis alarmantes de taxas de transmissão e mortes diárias⁽⁴⁻⁵⁾.

Este artigo irá focar o caso do Brasil e sua resposta à pandemia do novo coronavírus. Analisando principalmente os discursos políticos de diversos atores nas esferas de poder do país, buscaremos compreender como as falas e as atitudes políticas impactaram o curso da história brasileira em relação à pandemia. O embate entre os poderes foi claro desde o início do surto, primeiramente representado pelas discordâncias públicas entre o presidente Jair Bolsonaro e governadores dos estados brasileiros, em especial de São Paulo, Rio de Janeiro e o consórcio de estados nordestinos. Os problemas na esfera política também estiveram presentes nos diferentes níveis

de poderes, nominalmente entre o Executivo (representado pelo presidente Jair Bolsonaro) e os demais poderes, Legislativo e Judiciário. Além disso, houve uma crise interna no governo Executivo que resultou em dois diferentes ministros da saúde nos primeiros meses de combate à pandemia e, logo após, na nomeação de um ministro interino militar para o cargo, que efetivamente significou deixar o país sem um ministro da saúde por meses durante a maior crise sanitária já vivida.

Na esfera econômica, a questão principal gira em torno do auxílio emergencial, benefício criado para amparar a população no contexto de pandemia e imprescindível para que se efetivasse o isolamento social da população para frear a disseminação do vírus. A discussão também traz elementos para compreender a crise econômica instaurada durante a pandemia, analisando discursos políticos e empresariais que clamavam por e “justificavam” a necessidade do fim do isolamento e retorno de atividades econômicas.

Na saúde, o país atinge a infeliz marca de 5 milhões de casos confirmados e mais de 150 mil mortes⁽⁶⁾ em menos de 7 meses de pandemia (março a outubro). Estados e regiões diferentes do país passaram por graus de gravidade da crise da pandemia em momentos distintos, e como o governo local e a população reagiram, além das condições sanitárias, sociais e hospitalares, influenciaram como a situação foi superada ou não. Surtos em períodos e locais diferentes deram a oportunidade de localidades “abrirem” enquanto outras “fechavam” para o isolamento e atividades econômicas e sociais. Apesar disso, é notável que estados com menor acesso a recursos e maior desigualdade social sofreram mais com a pandemia, podendo ser observado um nível diferente na gravidade da doença, que, por um lado, pode se manifestar com poucos sintomas e ser resolvida com isolamento do infectado, acesso hospitalar e internações particulares, não sendo tão letal para os mais favorecidos; e por outro lado, espalha-se descontroladamente nas regiões mais pobres onde não há condições para um isolamento efetivo, em que a população não pode parar de trabalhar, pois a renda é diária, e nas quais o acesso à saúde e saneamento básico em geral se mostra quase que completamente inacessível. É importante também mencionar o caso das populações mais vulneráveis e, em especial, isoladas, como povos indígenas e populações quilombolas e ribeirinhas, que se mostram ainda mais impactadas pela doença.

Em seguida, o artigo analisa como a pandemia e seus desdobramentos tiveram consequências na vida da população brasileira, como a opinião pública divergiu ao longo dos meses e como o comportamento mudou em relação à saúde. Também é discutido como, num país com proporções continentais como o Brasil e onde a desigualdade social se mostra sempre presente, camadas diferentes da sociedade tiveram que lidar de modos distintos em resposta à COVID-19, especialmente em relação ao isolamento social.

Os últimos tópicos e a conclusão migram o olhar para o futuro: quais serão as sequelas e consequências dessa pandemia? Como as atitudes tomadas (ou não) no início e no combate ao vírus vão influenciar o que virá pela frente? O “novo normal” já parece ser uma realidade, porém será que algum dia voltaremos à realidade pré-COVID-19? Reflexões são necessárias para que erros não sejam novamente cometidos e para que a sociedade brasileira consiga superar esta crise de modo inclusivo e igualitário.

2. A PANDEMIA NO BRASIL

2.1 SOBRE A COVID-19

A COVID-19 é uma doença infecciosa causada por um coronavírus recém-descoberto (SARS-CoV-2). Segundo a OMS⁽⁷⁾, infectados com o vírus apresentam, em sua maioria, sintomas fracos a moderados relacionados com doenças respiratórias e se recuperam sem a necessidade de tratamento médico específico. No entanto, indivíduos que possuem algumas pré-condições médicas, como problemas cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias crônicas e câncer, além do grupo de idosos, são mais propensos a desenvolver complicações sérias.

Para prevenir a doença e controlar sua transmissão, a OMS recomenda estar constantemente atualizado sobre o vírus, a doença causada por ele e como ela se espalha na população. Para garantir a sua proteção e daqueles à sua volta, indivíduos devem utilizar máscaras faciais, evitar tocar o rosto, lavar as mãos frequentemente e utilizar álcool em gel para constante desinfecção.

A transmissão do vírus se dá principalmente a partir de gotículas de saliva ou secreção eliminadas pelas narinas a partir de tosse ou espirro de alguém infectado.

2.1.1 DISCURSOS DE AUTORIDADES

Como mencionado anteriormente na introdução do artigo, os discursos das autoridades, tanto no Brasil como no mundo, foram cruciais para definir qual seria o curso a ser tomado por cada nação em resposta à crise da pandemia. Seguindo a retórica exposta inicialmente pelo presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, o presidente brasileiro, Jair Messias Bolsonaro, expôs, em seus primeiros pronunciamentos relativos à COVID-19, desdém e incredibilidade à doença e à preocupação gerada pelo anúncio da pandemia.

Inicialmente, o presidente demonstrou certa preocupação com o vírus, ao decretar, em 4 de fevereiro, estado de emergência, e tendo o governo lançado, no mesmo mês, por intermédio do Ministério da Saúde, o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19⁽⁸⁾, que trazia um projeto de lei para a criação de quarentena, vacinação e exames obrigatórios. Em 24 de março de 2020, por meio de um pronunciamento feito em rede nacional, o presidente afirma que a doença “não passa de uma gripezinha”, minimizando a gravidade da pandemia. Segundo Bolsonaro, o Brasil “vencerá” essa doença e “não há motivo para pânico”, já dando a entender que seu posicionamento era contrário ao isolamento social.

Deve-se mencionar que, nesse exato momento do pronunciamento, dia 24 de março, a Europa alcançava um total de 8,5 mil mortes diárias, o maior número já registrado⁽⁹⁾ (até a publicação deste artigo). Ou seja, a situação no contexto global já indicava para uma profunda

crise mundial, e países cada vez mais demonstravam preocupação em relação ao alastramento da doença. Em um segundo pronunciamento, indo completamente na contramão do que foi reforçado pelo então ministro da Saúde Henrique Mandetta, que pedia um isolamento social rígido por parte dos brasileiros, em 29 de março, Bolsonaro diz em coletiva que pretendia “liberar o retorno de atividades de trabalhadores informais”⁽¹⁰⁾. O ministro Mandetta se posicionou durante seu mandato (até abril) completamente alinhado às recomendações da OMS, defendendo a adoção do isolamento social para poder “achatar a curva” da doença. Ao mesmo tempo, o presidente se dizia contra, e clamava pelo isolamento vertical, que abrange apenas aqueles classificados como grupos de risco, chegando a dizer que os discursos de Mandetta “semeavam pânico” na população⁽¹¹⁾.

Na esfera estadual, discursos de líderes, no geral, concordavam com Mandetta e com as recomendações da OMS, em particular os governadores João Doria, de São Paulo, e Wilson Witzel, do Rio de Janeiro. Ambos os governadores criticaram a postura e os discursos do presidente, apontando irresponsabilidade em suas falas. O embate político escalou, entre os meses de março e maio, quando os governadores insistiam em aplicar o isolamento social, principalmente após uma alta de casos nos dois estados. Em diversos pronunciamentos, tanto o presidente quanto os governadores se alfinetaram e mostraram publicamente haver discordâncias profundas. Esse fato é muito importante para a análise, pois indica três figuras que eram grandes aliadas do presidente – Doria, Witzel e Mandetta – tornarem público o desapontamento com os discursos e ideias de Bolsonaro. Witzel, inclusive, chegou a indicar que as atitudes do presidente poderiam ter consequências legais.

Eu não estou aqui para fazer pré-julgamento de ninguém, mas se pudesse dar um conselho como jurista diria que está colocando em risco sua liberdade. A um chefe de Estado não se admite que vá na contramão do que dizem organizações internacionais como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a OMS (Organização Mundial de Saúde). Temos o artigo 7º do Estatuto de Roma, de crime contra a humanidade. Cada um que tome as ações conforme sua consciência determinar e depois seja responsabilizado por seus atos. Amanhã a responsabilidade virá e infelizmente pode ser muito dura. Esse não é o momento de desafiar ou fazer política. Wilson Witzel⁽¹²⁾.

Nem todos os governadores, porém, foram contra as palavras do presidente. O governador do Distrito Federal (DF), Ibaneis Rocha, apesar de ter adotado o isolamento social no DF e de ter criticado certas falas e interferências⁽¹³⁾ do presidente, mostrou-se firme em alinhamento a Bolsonaro.

Além dos governadores, outros líderes contrariaram os discursos de Bolsonaro e sua crítica ao isolamento social. David Alcolumbre, presidente do Senado, teve COVID-19 em abril, no início da pandemia. Após sua recuperação, que durou mais de 20 dias, o político fez questão de afirmar publicamente que o vírus “não é gripe”⁽¹⁴⁾, citando os dias difíceis que passou ao estar infectado. Rodrigo Maia, presidente da Câmara, também infectado pelo vírus no mês de setembro, igualmente se pronunciou sobre a seriedade da doença, reiterando a necessidade do uso da má-

cara de proteção facial⁽¹⁵⁾. Bolsonaro atacou Maia em seus discursos, e isso tornou-se um embate entre os poderes, com Alcolumbre defendendo o presidente da Câmara, e governadores do país assinando um manifesto pela democracia⁽¹⁶⁾ em apoio aos dois parlamentares e repudiando as falas de Bolsonaro.

Os discursos oficiais de autoridades no Brasil, portanto, eram contrastantes, evidenciando uma falta de coesão e união para combater a pandemia. Todos esses fatos geraram grande instabilidade na esfera política do Brasil, adicionados à já existente crise de saúde e à cada vez mais grave crise econômica.

2.1.2 ATUAÇÃO DOS PODERES

Se os discursos de poderes e autoridades brasileiras destoavam entre si e geraram interpretações contraditórias em relação ao combate à pandemia, a atuação e as atitudes tomadas pelos representantes dos poderes no Brasil também o foram.

Novamente, destaca-se o caráter isolado de Bolsonaro e membros de seu governo em relação ao resto de políticos atuantes. Como expressado em seus discursos, o presidente tomou atitudes para que o isolamento social não fosse adotado e que a economia do país não parasse. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)⁽¹⁷⁾, tomada em março, definiu que os governadores teriam liberdade e autonomia para, de forma independente do governo Executivo, tomar decisões relativas ao combate à COVID-19. Isso significava que o presidente não teria o controle sobre a adoção de medidas de isolamento e fechamento de atividades econômicas. O presidente Bolsonaro utilizou-se dessa decisão para se isentar de responsabilidade em medidas de mitigação e controle da doença.

As atitudes de Bolsonaro, em geral, foram completamente contra todas as recomendações da OMS. Além do presidente, membros de seu governo, seus filhos (todos atuando em esferas políticas de poder) e aliados fizeram pouco caso da pandemia, incluindo: não utilizar máscaras em público⁽¹⁸⁾, causar aglomerações de população⁽¹⁹⁻²⁰⁾, incentivar e comparecer a protestos e manifestações⁽²¹⁾ a favor do governo. Essas atitudes se mostram alinhadas à do líder dos Estados Unidos da América, Donald Trump, que, liderando o país com maior número de casos e mortes desde abril, recusa-se até hoje a utilizar máscaras e a aderir ao isolamento social.

As trocas de ministros da Saúde (e de outros ministérios, também) confirmam uma crise política instaurada no combate à pandemia. Vendo seus antigos aliados tornarem-se seus maiores opositores, o presidente Bolsonaro procurou se cercar de uma equipe alinhada com seus pensamentos e que não questionaria suas decisões. O ministro interino da Saúde Pazzuello, um militar sem formação na área médica, admitiu em coletiva em outubro que “não sabia o que era o SUS”. O ministro da Educação Weintraub, que saiu clandestinamente às pressas do país em junho, teve embates com parceiros chineses, tendo publicado *posts* racistas e preconceituosos. Além disso, ele compareceu a encontros com a

população sem utilizar a máscara, promovendo aglomerações e expondo as pessoas desnecessariamente. Esses exemplos ilustram o posicionamento e a atuação de Bolsonaro e de seus aliados em relação à pandemia, assim como a falta de importância e empatia praticada por eles.

Em maio, após a demissão do segundo ministro da Saúde, o governo já havia novamente mudado o método de divulgação de análises estatísticas da pandemia no país. Indo na contramão das redes de notícia, que divulgam diariamente o número de casos e de mortes no país, o governo passou a liberar apenas informações sobre os recuperados, procurando minimizar o alarme por conta do grande número de novos casos confirmados e mortes registradas diariamente. Isso foi revertido, e passaram a divulgar os números completos novamente. No entanto, essa não foi a única atitude tomada pelo governo para manipular dados: o *site* oficial no qual os casos são divulgados diariamente passou a revelar os números somente ao final do dia, fazendo com que a divulgação não fosse possível em jornais de grande alcance, como o Jornal Nacional. Como resposta a essa falta de transparência, diversas fontes jornalísticas se juntaram e formaram um Consórcio de Veículos da Imprensa⁽²²⁾, em que juntos apuravam e divulgavam os números diários, para que os resultados fossem exibidos nos horários de pico de audiência, atingindo o máximo da população possível.

A atuação de outros poderes na esfera política merece atenção:

No início da pandemia, no dia 15 de abril, o STF decidiu pela autonomia de prefeitos e governadores em relação à determinação de medidas para enfrentar o novo coronavírus⁽¹⁷⁾. Isso garantiu que estados e municípios poderiam definir e regulamentar individualmente medidas de isolamento social, fechamento de atividades econômicas (comércio) e restrições em geral. A decisão dos ministros do STF foi logo contestada por Bolsonaro, que entendia que o governo federal deveria regulamentar quais serviços seriam considerados essenciais e que não seriam afetados pelo isolamento. Esse entendimento do presidente havia sido oficializado pela Medida Provisória (MP) nº 926/2020 para enfrentamento do novo coronavírus. Segundo a proposta da decisão do STF⁽²³⁾, essa MP não afasta a competência (concorrente ou não) de tomada de ações normativas e administrativas realizadas por poderes locais (estados, distritos e municípios). A proposta apresentada pelo ministro Eduardo Fachin e apoiada pela maioria deixa claro que o artigo 3º da Lei nº 13.979/2020 deve ser interpretado de acordo com a Constituição brasileira, garantindo que a União tenha direito de legislar sobre as medidas de enfrentamento do novo coronavírus, porém explicitando que o exercício das medidas deve resguardar a autonomia dos demais poderes.

O ministério da Cidadania ficou responsável pela criação e disponibilização do Auxílio Emergencial, benefício de proteção social criado para garantir renda mínima durante o período da pandemia. Inicialmente, em março, foi proposto pelo presidente um auxílio de R\$ 200,00 para trabalhadores informais, durante um período de três meses. Diante do valor absurdamente baixo, indignação foi observada entre a população e também entre deputados. Após pressão de parlamentares e adoção de grandes nomes como o presidente da Câmara Rodrigo Maia, o valor estipulado teria um mínimo de R\$ 500,00. No dia 1º de abril, após votação na Câmara e no

Senado, foi aprovada a criação de um auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00. Deve-se frisar que o valor do salário mínimo no Brasil, à época, era de R\$ 1.045. Ou seja, esse auxílio não representava nem o correspondente ao considerado valor mínimo de sobrevivência no país. O governo de Bolsonaro fez questão de, após ter o projeto inicial derrotado, divulgar que a criação e a definição do auxílio eram próprias dele, e não dos outros poderes. Isso foi feito a partir de *posts* em redes sociais⁽²⁴⁾ e propagandas do governo. Com isso, Bolsonaro buscou se apropriar de um projeto de benefício social que ele inclusive fora contra⁽²⁴⁾. Apesar de inicialmente ser um benefício calculado para três meses, ele foi garantido até dezembro, com ajuste de valores e parcelas.

No âmbito educacional, a pandemia impactou fortemente todas as instituições educacionais do país. A suspensão de atividades presenciais⁽²⁶⁾ escolares e universitárias teve grande impacto na população brasileira. Inicialmente, foi determinada uma suspensão temporária das atividades, mas logo tornou-se necessário continuar de maneira remota, o denominado EAD. Para além das dificuldades de se adaptar o ensino para o meio digital e a distância, essa mudança evidenciou ainda mais as desigualdades de acesso das diferentes camadas sociais. Milhões de alunos ficaram desamparados ao não terem acesso a computadores, celulares⁽²⁷⁻²⁸⁾, materiais escolares em casa ou mesmo a presença de um familiar responsável para auxiliar no processo de aprendizagem a distância. A precarização do ensino também ficou nítida ao se pensar no futuro com o novo normal: em um país como o Brasil, extremamente desigual, onde escolas e instituições públicas muitas vezes não contam com itens de higiene básica (água nos banheiros, sabonete, privadas em funcionamento)⁽²⁹⁻³¹⁾, como exigir uma volta de atividades em meio a uma crise sanitária? Como garantir distanciamento social e normas de higiene pessoal? Esses dilemas não foram discutidos o suficiente pelos líderes dos poderes ao considerarem a volta de aulas pelo Brasil.

3. COMPREENSÃO SOCIAL DA PANDEMIA: EVIDÊNCIAS DE DESIGUALDADES INTRÍNSECAS

Para além das esferas política e econômica, e totalmente ligada a ambas, está a esfera social. O artigo traz, como tema de discussão, a compreensão social da população para procurar entender como foi a interpretação da população em relação à pandemia, inclusive os discursos e as atuações analisados anteriormente.

3.1 SAÚDE VERSUS ECONOMIA

O maior dilema criado com a pandemia, e apoiado nos discursos do presidente Bolsonaro e de seu governo, era o da saúde *versus* economia⁽³²⁾. Criando uma suposta “escolha” entre as duas dimensões, Bolsonaro procurou enfatizar que a ‘gripezinha’ não poderia parar o país, e que atividades econômicas deveriam seguir normalmente, com exceção daqueles considerados grupos de risco. A população se mostrou, desde o início do surto da COVID-19, preocupada

com a questão financeira e econômica, em especial os trabalhadores informais. Por ganharem o dinheiro de sustento no dia a dia do trabalho, sem acesso a direitos trabalhistas, esses trabalhadores se encontravam em uma situação delicada diante do isolamento social ⁽³³⁾.

O auxílio emergencial deveria ser uma solução a esse problema, trazendo uma tranquilidade diante do pânico e das incertezas criados pela crise. Países ao redor do mundo criaram programas parecidos, com o intuito de garantir o máximo isolamento possível, e para que a crise não se estendesse por diversos meses. No Brasil, o argumento criado pelo líder nacional ia totalmente contra essa lógica: não apenas Bolsonaro desmereceu a gravidade da doença e da pandemia no geral como também advogou por menores valores do auxílio, além de ter criticado o valor total pago, – fora o fato de que o presidente desestimulou o isolamento e fez diversos pronunciamentos pedindo o seu fim. Portanto, sua postura demonstrou que não apenas ele não concordava com o isolamento como também não procurava auxiliar aqueles que estavam sendo mais diretamente afetados pela crise.

3.2 DESIGUALDADES SOCIAIS

Não podemos deixar de mencionar um fato preocupante que se evidenciou com o agravamento da pandemia, que foi a acentuação das desigualdades sociais ⁽³⁴⁾. Esse fenômeno foi observado no mundo inteiro, quando populações vulneráveis se mostraram cada vez mais à mercê do abandono e da morte, sem acesso à saúde e a direitos básicos, enquanto bilionários aumentavam suas fortunas ⁽³⁵⁾. No Brasil, houve casos de indivíduos infectados sendo levados em jatinhos particulares para serem internados em outros estados ⁽³⁶⁻³⁷⁾, enquanto pobres com COVID-19 morriam na porta de hospitais aguardando atendimento. Outro caso notório no Brasil que ilustra essa situação de desigualdade ocorreu no início da pandemia e evidencia as diferenças nas chances de sobrevivência da doença a depender de classe social e acesso. Uma família, residente do Alto Leblon, bairro com o metro quadrado mais valorizado no país, teve membros infectados enquanto estavam em uma viagem no exterior. No entanto, mantiveram seus funcionários trabalhando normalmente na residência da família. O resultado foi que uma das empregadas domésticas acabou infectada e morreu. O caso se tornou emblemático por ser a primeira morte por COVID-19 confirmada no Rio de Janeiro ⁽³⁸⁾. Esse é só um exemplo que se tornou público e gerou indignação, mas não foi nem de longe o único a ocorrer na sociedade brasileira.

Registros de levantamentos independentes também analisaram como a doença atingia e matava desproporcionalmente. Notícias e contagens oficiais evidenciavam, ainda em abril, para os números contrastantes observados em bairros diferentes de São Paulo: enquanto no Morumbi havia 297 infectados confirmados e 7 mortes, no bairro periférico de Brasilândia, na Zona Norte, com apenas 89 infectados, já havia 54 mortes confirmadas ⁽³⁹⁾. Não há como negar que essa discrepância gigante é resultado de desigualdades e falta de acesso a serviços de saúde. Portanto, apesar da inicial classificação da doença da COVID-19 como causada por um vírus “democrático”,

por supostamente atingir todas as classes sociais, cores, idades etc., ficou claro que a forma que acontece na realidade é diferente. Em estudo publicado pelo portal Rio on Watch⁽⁴⁰⁾, a partir de publicações em redes sociais de residentes de favelas, moradores, chama atenção a desigualdade em acesso a direitos básicos em cidades como o Rio de Janeiro. Destaca-se como a pandemia do novo coronavírus tem acelerado e aprofundado o estado de exceção vivido nas favelas brasileiras, a partir de uma política da morte praticada pelo Estado. No Brasil, único país com mais de 100 milhões de habitantes que possui um sistema de saúde universal e público, questões de inacessibilidade se tornam mais graves ainda. Evidências de práticas de necropolítica são observadas nos números crescentes de mortes por COVID-19 nas favelas. Necropolítica é refletida em políticas nas quais o Estado ativamente escolhe quem morre e quem vive, decidindo o destino da população não apenas ao roubar o direito de viver a partir de violência armada, mas também ao tornar as condições de vida e sobrevivência ainda mais precárias nas favelas, ao negar o direito fundamental a cuidados de saúde, mesmo durante a pandemia da COVID-19. Isso tudo além de não providenciar as condições mínimas de uma vida digna. Um estudo publicado pela Fiocruz⁽⁴¹⁾ discute e evidencia como, além das desigualdades sociais, a pandemia revelou atingir desproporcionalmente por cor também: negros são mais afetados e morrem mais por infecção pelo vírus.

Ocorre que a realidade da classe trabalhadora de baixa renda, majoritariamente negra e moradora de territórios vulnerabilizados, é outra. São predominantemente trabalhadores precarizados, que não têm o privilégio de ficar em casa, em regime de trabalho remoto; que utilizam os transportes públicos superlotados; têm acesso precário ao saneamento básico; e estão na linha de frente do atendimento ao público no setor de serviços, incluindo os de saúde.

A análise mostra que, depois de chegar ao país com viajantes das classes média e alta, o vírus se disseminou de modo a afetar mais a população negra.

Na Semana Epidemiológica 15 (4 a 10 de abril), a população branca representava 73% das internações e 62,9% dos óbitos. Cerca de um mês e meio depois, na Semana Epidemiológica 21, os dados mostram proporções semelhantes de brancos e negros em relação às hospitalizações. Nos óbitos, entretanto, a população negra passa a representar 57%, enquanto a branca representa 41%⁽⁴¹⁾.

3.3 REAÇÕES SOCIAIS

É necessário apontar que a compreensão social não se limitou a crenças pessoais, mas também incluiu reações da população. Dois casos merecem destaques: protesto de enfermeiros é interrompido, e profissionais são atacados; homenagem aos mortos por COVID-19 é vandalizada. A primeira ocorreu em Brasília, quando, em um protesto pacífico realizado por enfermeiras, os manifestantes foram hostilizados e atacados, ao realizarem um protesto silencioso em respeito aos profissionais de saúde⁽⁴²⁾. Um homem (depois descobriu-se que ele era funcionário público do ministério de Direitos Humanos), chegou a cuspir nas enfermeiras, além da agressão verbal sofrida por diversos indivíduos com bandeiras do Brasil

e a favor do governo⁽⁴³⁾. O segundo caso foi no Rio de Janeiro, onde familiares que haviam perdido membros para a doença prestaram homenagem com cruzeiros pelas praias da cidade. Um indivíduo hostilizou os familiares e vandalizou a homenagem, derrubando as cruzeiros⁽⁴⁴⁾. Ambas as situações evidenciam dois lados contrastantes de resposta social à pandemia do novo coronavírus: por um lado, homenagens e protestos daqueles que se importam com as vidas perdidas e clamam por uma responsabilização social, externalizando a dor e a dificuldade do momento vivido pelo país; e, por outro, indivíduos alinhados ao presidente e aqueles que negam a gravidade da pandemia, que desprezam e desrespeitam as tantas vítimas de COVID-19, suas famílias e os profissionais de saúde que estão na linha de frente contra a doença. Nos dois casos, os hostilizadores eram apoiadores declarados de Bolsonaro.

4. CONCLUSÃO

Como citado anteriormente, a pandemia do novo coronavírus realmente mudou a nossa sociedade como conhecíamos. A necessidade de adaptação a uma nova realidade reconfigurou relações sociais, hábitos de saúde e limpeza, redefiniu prioridades políticas e definitivamente mostrou que a humanidade não está preparada para todos os desafios.

Este artigo buscou analisar o contexto da pandemia no Brasil e entender quais os principais acertos e erros no combate à disseminação do vírus. Destacaram-se os discursos e atuações políticas e as consequências causadas por essas decisões. É fato que o mundo já não é mais o mesmo, mas fica a dúvida sobre se um dia a “normalidade” voltará. Enquanto essas questões não são esclarecidas, enfatiza-se a importância e a necessidade de compreender a pandemia para além de uma questão simplesmente relacionada com a saúde, uma vez que o maior resultado deste momento é a acentuação das desigualdades sociais. É imprescindível que ouçamos autoridades de saúde e que vejamos a pandemia com um olhar sério, pois só assim poderemos nos livrar dela. A questão social também não deve ficar para trás: benefícios para os mais vulneráveis devem ser considerados direito sem questionamentos, e populações isoladas devem ter sua proteção garantida.

Falta de benefícios e auxílio social revelam que a quarentena e o isolamento social são privilégios a que poucos podem ter acesso. Após meses de isolamento, desgaste mental, falta de emprego, saúde e educação, torna-se necessário questionar como exigir que a população pobre, a mais afetada pela pandemia e que mais depende de auxílio, fique em casa e não gere aglomerações. As adaptações para o novo normal, com regras de distanciamento, atendimento exclusivo e sem contato, *delivery* e *drive in*, mostraram-se não inclusivas e, na realidade, são uma extensão da desigualdade social. Enquanto aqueles que têm o privilégio de acesso a fazendas particulares, casas de praia, reservas de mesas individuais em restaurantes e iates para assistirem a shows lidam facilmente com a adaptação ao isolamento e ao distanciamento social, os pobres ficam sem acesso a nenhuma dessas opções de lazer, esporte ou socialização. É necessário questionar como tornar o contexto de enfrentamento e pós-COVID mais igualitário, garantindo que as camadas menos

favorecidas não precisem escolher entre se expor ao vírus e trabalhar/descansar-lazer/socializar. É dever do governo proporcionar a todos os brasileiros um ambiente seguro e com condições mínimas de sobrevivência digna.

A normalização de mortes ⁽⁴⁵⁾, a banalização da doença e a falta de empatia devem ser discutidas para que conscientizemos a população. Uma questão de extrema importância ao se pensar no futuro pós-pandemia é a mudança nos hábitos sociais e de saúde da população. O transtorno da saúde mental da população, o consumo excessivo de álcool e outras drogas, o aumento da violência doméstica contra mulheres e crianças nos dão sinais de que haverá grandes sequelas deste delicado momento pelo qual estamos passando. Ter um líder do governo do país que é despreparado e desinteressado no bem-estar da população é uma ameaça à sociedade brasileira. Devemos aprender com a realidade vivida e com os erros cometidos, porém sempre olhando para a frente e buscando melhorias e progresso.

REFERÊNCIAS

1. World Health Organization. Novel Coronavirus – China [Internet]. Genebra: OMS; 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em: <https://www.who.int/csr/don/12-january-2020-novel-coronavirus-china/en/>.
2. World Health Organization. WHO announces COVID-19 outbreak a pandemic [Internet]. Genebra: OMS; 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em: <https://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/coronavirus-covid-19/news/news/2020/3/who-announces-covid-19-outbreak-a-pandemic>.
3. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. “O Brasil tem uma vantagem em relação aos outros países: nós temos o SUS” [Internet]. Brasília: Conass; 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em <https://www.conass.org.br/o-brasil-tem-uma-vantagem-em-relacao-aos-outros-paises-nos-temos-o-sus/>.
4. Al-Arshani S. The US and Brazil account for 7% of the world population — but they have nearly 40% of all coronavirus cases. Business Insider [Internet]. 29 jul 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/us-and-brazil-percent-coronavirus-cases-2020-7>.
5. DW. Coronavirus: Red Cross slams US and Brazil response [Internet]. DW; 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em: <https://www.dw.com/en/coronavirus-red-cross-slams-us-and-brazil-response/a-54006454>.
6. Worldometer. Worldometer Coronavirus [Internet]. Worldometer; 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/country/brazil/>.
7. World Health Organization. Coronavirus [Internet]. Genebra: OMS; 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/coronavirus>.
8. Brasil. Ministério da Saúde. Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19 [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/13/plano-contingencia-coronavirus-COVID19.pdf>.
9. Worldometer. Covid-19 Daily Deaths [Internet]. Worldometer; 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em: Disponível em <https://www.worldometers.info/coronavirus/>.
10. Andrade H, Melo I. Após tour, Bolsonaro fala em “decreto” para liberar trabalho sem isolamento. UOL [Internet]. 29 mar 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/29/bolsonaro-diz-estudar-decreto-para-liberar-trabalho-sem-isolamento.htm>.
11. Bolsonaro diz que Mandetta ‘semeava pânico’ e volta a criticar quarentena. UOL [Internet]. 16 jul 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ulti->

[mas-noticias/redacao/2020/07/16/bolsonaro-diz-que-mandetta-semeava-panico-e-volta-a-criticar-quarentena.htm](https://www.g1.com.br/mas-noticias/redacao/2020/07/16/bolsonaro-diz-que-mandetta-semeava-panico-e-volta-a-criticar-quarentena.htm).

12. Mello I. Bolsonaro pode ser julgado por crimes contra a humanidade, diz Witzel. UOL [Internet]. 30 mar 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/30/bolsonaro-pode-ser-julgado-por-crimes-contra-a-humanidade-diz-witzel.htm>.
13. Leitão M. Menos interferência de Bolsonaro na Saúde ajuda o país, diz Ibaneis: Governador do DF planeja reabrir comércio de Brasília em 10 dias, a depender da distribuição de máscaras, e defende trabalho dos técnicos do Serviço Público. Veja [Internet]. 14 abr 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/matheus-leitao/menos-interferencia-de-bolsonaro-na-saude-ajuda-o-pais-diz-ibaneis/>.
14. Truffi R, Vandson L. Alcolumbre diz que covid-19 “não é gripe” e que viveu dias “muito difíceis”. Valor Econômico [Internet]. 7 abr 2020 [acesso 2020 dez 13] Disponível em <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/04/07/alcolumbre-diz-que-covid-19-nao-e-gripe-e-que-viveu-dias-muito-difices.ghtml>.
15. Clavery E, Resende S. Maia volta à Câmara após Covid, diz que vírus ‘não é brincadeira’ e pede uso de máscara ‘até a vacina’: Deputado citou ‘período de isolamento e sofrimento’ e disse que ‘não foi internado por pouco’. Brasil registrou 149.034 mortes até esta quinta, segundo consórcio de veículos de imprensa. [Internet] Brasília: G1; 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/08/maia-volta-a-camara-apos-covid-diz-que-virus-nao-e-brincadeira-e-pede-uso-de-mascara-ate-a-vacina.ghtml>.
16. Governadores assinam carta de apoio a Maia e Alcolumbre contra Bolsonaro: Mandatários estaduais ressaltam atuação dos chefes do Executivo por estados e municípios e dizem que presidente afronta princípios democráticos. Veja [Internet]. 8 out 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/governadores-assinam-carta-de-apoio-a-maia-e-alcolumbre-contra-bolsonaro/>.
17. Vieira A. Decisão do STF sobre isolamento de estados e municípios repercute no Senado. Brasília: Agência Senado [Internet]. 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/16/decisao-do-stf-sobre-isolamento-de-estados-e-municipios-repercute-no-senado>.
18. Lacerda N. 125 mil mortos: Bolsonaro desestimula uso de máscara de proteção contra a covid: sem apresentar fontes, presidente diz que equipamento não serve para “bulhufas” e incentiva criança a tirar o acessório. Brasília: Brasil de Fato [Internet]. 4 set 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/04/125-mil-mortos-bolsonaro-desestimula-uso-de-mascara-de-protecao-contra-a-covid>.

19. Sem máscara, Bolsonaro anda de moto no Guarujá, fala com apoiadores e aglomera: Bolsonaro provocou aglomeração ao para tirar fotos com simpatizantes. IG [Internet]. 10 out 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-10-10/sem-mascara-bolsonaro-anda-de-moto-no-guaruja-fala-com-apoiadores-e-aglomera.html>.
20. Gomes PH. Sem máscara, Bolsonaro vai a churrasco com aglomeração em Brasília. G1 [Internet]. 20 set 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/20/sem-mascara-bolsonaro-vai-a-churrasco-com-aglomeracao-em-brasilia.ghtml>.
21. Sem máscara, Bolsonaro participa de ato que defendeu medidas antidemocráticas: Presidente acenou para grupo à distância, mas depois liberou acesso de pessoas à rampa do Planalto, onde pegou uma criança no colo. Tribunal de Jundiaí [Internet]. 3 maio 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em: <https://tribunadejundiai.com.br/politica/sem-mascara-bolsonaro-participa-de-ato-que-defendeu-medidas-antidemocraticas/>.
22. Consórcio de Imprensa [Internet] São Paulo: Isto é; 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em: <https://istoe.com.br/tag/consorcio-de-imprensa/>.
23. Brasil. Supremo Tribunal Federal. STF reconhece competência concorrente de estados, DF, municípios e União no combate à Covid-19. Portal STF [Internet]. 15 abr 2020 [acesso 2020 dez 13]. Disponível em <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447&ori=1>.
24. SeconVc (Twitter da Secom). Imagem [Internet]. 9 abr 2020, 3:48 PM [acesso 2020 dez 13]. Disponível em <https://twitter.com/secomvc/status/1248321973719117824/photo/1>.
25. Roubicek M. Como o governo se apropria da criação do auxílio emergencial. Jornal Nexo [Internet]. 12 jun 2020 [acesso 2020 dez 14]. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/06/12/Como-o-governo-se-apropria-da-cria%C3%A7%C3%A3o-do-aux%C3%ADlio-emergencial>.
26. Coronavírus/Covid-19: aulas suspensas em todo país. Luanda: Novo Jornal [Internet]. 20 mar 2020 [acesso 2020 dez 14]. Disponível em: <http://www.novojornal.co.ao/sociedade/interior/coronaviruscovid-19-aulas-suspensas-em-todo-o-pais-86233.html>.
27. Aragão E, Muniz M. Ensino à Distância exclui milhares de alunos e não tem efetividade, dizem educadores: com direitos ameaçados, trabalhadores e trabalhadoras da educação se dizem preocupados com direito à educação universal, ano letivo e ainda enfrentam ameaças para mentir sobre presença virtual dos alunos. Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo [Internet]. 6 maio 2020. [acesso 2020 dez 14]. Disponível em <https://spbancarios.com.br/05/2020/ensino-distancia-exclui-milhares-de-alunos-e-nao-tem-efetividade-dizem-educadores>.

28. Oliveira E. Quase 40% dos alunos de escolas públicas não têm computador ou tablet em casa, aponta estudo: dados sobre conectividade em escolas e acesso de estudantes à internet mostram cenário em que a educação entrou na pandemia em 2020 e indicam possível desafio no ensino remoto. G1 [Internet]. 9 jun 2020 [acesso 2020 dez 14]. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/09/quase-40percent-dos-alunos-de-escolas-publicas-nao-tem-computador-ou-tablet-em-casa-aponta-estudo.ghtml>.
29. Tokarnia M. Quase metade das escolas não tem todos os itens de saneamento básico: dados fazem parte de levantamento feito pela plataforma Melhor Escola. Agência Brasil [Internet]. 22 jun 2020 [acesso 2020 dez 14]. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-06/quase-metade-das-escolas-nao-tem-todos-os-itens-de-saneamento-basico>.
30. Alfano B, et al. Brasil tem dois milhões de alunos em escolas sem água potável. Extra [Internet]. 5 jul 2020 [acesso 2020 dez 14]. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/educacao/brasil-tem-dois-milhoes-de-alunos-em-escolas-sem-agua-potavel-rv1-1-24516119.html>.
31. Gomes R. Escolas de São Paulo não tinham sabão e papel higiênico. Agora vão ter álcool gel? Relatório do Tribunal de Contas apontava falta de sabão líquido, papel higiênico e papel toalha em fiscalização nas escolas de São Paulo no ano passado. Rede Brasil Atual [Internet]. 30 jul 2020 [acesso 2020 dez 14]. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2020/07/escolas-de-sao-paulo-nao-tinham-sabao-e-papel-higienico-agora-va-ter-alcool-gel/>.
32. Ferrari A, Cunha AM. A pandemia de Covid-19 e o isolamento social: saúde versus economia [Internet]. Porto Alegre: UFRGS; 28 mar 2020 [acesso 2020 dez 14]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-a-pandemia-de-covid-19-e-o-isolamento-social-saude-versus-economia/>.
33. Covid-19 evidencia maior vulnerabilidade para trabalhadores informais, alerta pesquisador do ISC [Internet] Salvador: Portal UFBA; 5 maio 2020 [acesso 2020 dez 14]. Disponível em: <https://coronavirus.ufba.br/covid-19-evidencia-maior-vulnerabilidade-para-trabalhadores-informais-alerta-pesquisador-do-isc>.
34. Desigualdade social e econômica em tempos de Covid-19 [Internet]. Rio de Janeiro: Fiocruz; 13 maio 2020 [acesso 2020 dez 14]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19>.
35. Aumentan los milmillonarios de América Latina a medida que la región más desigual del mundo se hunde bajo el impacto del coronavirus. Oxfam [Internet]. 27 jul 2020 [acesso 2020 dez 14]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/es/notas-prensa/aumentan-los-mil-millonarios-de-america-latina-medida-que-la-region-mas-desigual>.

36. Campbell U. Coronavírus: Ricos de Belém escapam em UTI aérea de colapso nos hospitais da cidade. *Época* [internet]. 6 maio 2020 [acesso 2020 dez 14]. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/coronavirus-ricos-de-belem-escapam-em-uti-aerea-de-colapso-nos-hospitais-da-cidade-1-24412850>.
37. Lemos V. Com estado em colapso, milionários de MT com covid-19 recorrem a jatinhos para buscar tratamento em SP. *UOL* [Internet]. 17 jul 2020 [acesso 2020 dez 14]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/07/17/com-estado-em-colapso-milionarios-de-mt-com-covid-19-recorrem-a-jatinhos-para-buscar-tratamento-em-sp.htm>.
38. Melo ML. Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon. *UOL* [Internet]. 19 mar 2020 [acesso 2020 dez 14]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>.
39. Rodrigues R, Borges B, Figueiredo P. Morumbi tem mais casos de coronavírus e Brasi-lândia mais mortes; óbitos crescem 60% em uma semana em SP: mapa divulgado pela Secretaria Municipal da Saúde mostra a distribuição de casos e mortes por distrito da cidade, entre o período epidemiológico que vai de 23 de fevereiro a 17 de abril. *G1* [Internet]. 18 abr 2020 [acesso 2020 dez 14]. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/18/morumbi-tem-mais-casos-de-coronavirus-e-brasilandia-mais-mortes-obitos-crescem-60percent-em-uma-semana-em-sp.ghtml>.
40. Covid-19 Exposes 12 Proofs of Necropolitics at Play in Rio Favelas #VoicesFromSocial-Media. *Rio on Watch* [Internet]. 2020 [acesso 2020 dez 14]. Disponível em: <https://www.rioonwatch.org/?p=59602>.
41. Oliveira RG, et al. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. *Cad Saúde Pública* [Internet]. 2020 [acesso 2020 dez 14];36(9). Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1177/%20desigualdades-raciais-e-a-morte-como-horizonte-consideracoes-sobre-a-covid-19-e-o-racismo-estrutural>.
42. Vídeo: Enfermeiros fazem protesto e são hostilizados por apoiadores de Bolsonaro no DF. Isto é [Internet]. 1 maio 2020 [acesso 2020 dez 14]. Disponível em: <https://istoe.com.br/video-enfermeiros-fazem-protesto-e-sao-hostilizados-por-apoiadores-de-bolsonaro-no-df/>.
43. Costa F. Homem que atacou enfermeiras trabalha para o Ministério de Direitos Humanos. *UOL*. 5 maio 2020 [acesso 2020 dez 14]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/05/servidor-terceirizado-de-ministerio-de-direitos-humanos-agrediu-enfermeiras.htm>.

44. Bolsonaro supporter knocks over Copacabana's symbolic Covid-19 'graveyard' – video. Londres: The Guardian [Internet]. 21 jun 2020 [acesso 2020 dez 14]. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global/video/2020/jun/12/bolsonaro-supporter-knocks-over-copacabanas-symbolic-covid-19-graveyard-video>.
45. Matta M, et al. A Pandemia de COVID-19 e a Naturalização da Morte [Internet] Rio de Janeiro: Fiocruz; 2020 [acesso 2020 dez 14]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/artigo-pandemia-de-covid-19-e-naturalizacao-da-morte-1>.